

Agregação de Valor e Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Rurais

Valdemar João Wesz Junior ¹
Iran Carlos Lovis Trentin ²

RESUMO

Com as mudanças estruturais, ocupacionais e funcionais ocorridas até então na agricultura familiar brasileira, geralmente descapitalizada pela monocultura, a viabilidade de inserção de novos paradigmas para esse cenário se faz relevante, na tentativa de revitalizar a diversidade de valores que o meio rural contempla. Diante disso, o seguinte trabalho constitui-se em análises que apontam as vantagens da agroindústria familiar para a pequena propriedade onde as dificuldades sociais e econômicas são constantes, além de fornecer dados para que as políticas públicas locais/nacionais possam priorizar os agricultores e que esses consigam contribuir com o desenvolvimento rural, visando à sustentabilidade sócio-econômica das comunidades municipais e regionais. Uma vez que os artigos da agroindústria familiar podem atender os mercados locais a preços menores, facilitando o consumo pelas classes menos favorecidas, isso acaba fomentando a distribuição de renda nestes territórios, já que diminuem a dependência de produtos agropecuários e processados exógenos às municipalidades. Em suma, mostrar-se-á o potencial de pequenos empreendimentos rurais em ofertar produtos de qualidade respeitando o meio ambiente, com geração e distribuição de renda nas mais diferentes realidades e regiões.

Palavras-chave: Agroindústria familiar. Desenvolvimento rural. Auto-sustentabilidade territorial.

RESUMEN

Con los cambios estructurales, ocupacionales y funcionales ocurridos en la agricultura familiar brasileña, generalmente descapitalizada por causa de los monocultivos, la inserción viable de nuevos paradigmas para este escenario se hace relevante con la intención de revitalizar la diversidad de valores que el medio rural contempla. Frente a esto, el siguiente trabajo se constituye en un análisis que señale las ventajas de la agroindustria familiar para la pequeña propiedad donde las dificultades sociales y económicas son constantes. Además de suministrar datos para que las políticas públicas locales / nacionales puedan priorizar a los agricultores para que ellos contribuyan con el desarrollo rural buscando la sustentabilidad socio-económica de las comunidades municipales y regionales. A partir de que los productos de la agroindustria familiar puedan atender a los mercados locales a precios menores, facilitando el consumo de las clases menos favorecidas, lo que acaba fomentando la distribución del ingreso en estos territorios, ya que disminuyen la dependencia de productos agropecuarios y procesados exógenos a las municipalidades. En suma, se mostrará el potencial que los pequeños emprendimientos rurales tienen para ofrecer productos de calidad respetando el medio ambiente, con generación y distribución del ingreso en las más diferentes realidades y regiones.

Palabras-clave: Agroindustria familiar. Desarrollo rural. Auto-sustentabilidad territorial.

¹ Pesquisador e bolsista do CNPq pela Cooperativa Regional das Agroindústrias Familiares Ecológicas do Vale do Rio Uruguai (COOPERAPE BRASIL/TRENTON) e acadêmico da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS - MISSÕES) pelo curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial. E-mail: jwesz@yahoo.com.br

² Doutorando em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS) e Presidente do Centro Agroecológico Vale do Rio Uruguai/RS. E-mail: lovis@ufrgs.br

INTRODUÇÃO

Após o processo de modernização conservadora nos espaços agrícolas, a produção de *commodities* ocupou grande parte das áreas de terras e do tempo da agricultura familiar (BRUM, 1988; TEDESCO, 2004). Esse processo intensificou graves problemas sociais nos municípios rurais, tais como o êxodo rural e o aumento da pobreza (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Tal modelo também provocou consequências no que se refere à dependência produtiva, consorciado com a necessidade de aquisição de alimentos de uma região exógena. Ou seja, a agricultura uniformizada e tecnificada trouxe a necessidade de comprar alimentos e bens de outros locais, interferindo na dieta alimentar das famílias, já que estes produtos exteriores ao território desconsideram tanto as culturas como as centralidades dos consumidores (TRENTIN, 2002).

Uma das formas mais eficazes de reverter essa situação é a implantação de agroindústrias familiares em territórios pouco estruturados e não-diversificados produtivamente, pois esses empreendimentos geram renda tanto para os proprietários como para os fornecedores de mão-de-obra, descentralizando a ocupação de toda a família no processo produtivo, com a diminuição do êxodo rural, já que poderão gerar condições dignas de vida para todos os membros da unidade de produção, bem como poderão criar as bases sólidas da auto-suficiência de produtos *in natura* e processados, garantindo a soberania alimentar das comunidades, uma vez que podem gerar produtos mais baratos pela proximidade com os consumidores e pela diminuição do número de intermediários (WESZ JUNIOR; TRENTIN, 2004).

Este trabalho tem por premissa relatar o processo pelo qual a agricultura e o meio rural missioneiro passaram frente à chegada dos imigrantes europeus e à modernização agrícola, refletindo os principais problemas que esse modelo acarretou aos agricultores familiares, sendo que uma das principais dificuldades desse modelo foi o abandono de cultivos para consumo familiar e a conseqüente aquisição de alimentos de outras regiões, interferindo diretamente na dieta alimentar dos atores do território em análise. E, para quantificar este problema, fez-se uma pesquisa da quantidade dos alimentos consumidos e com viabilidade de produção no município rural gaúcho de Porto Xavier, junto com a identificação da origem de produção (no caso, de fora da região das Missões/RS, da Região Missioneira ou do próprio município) e preço de venda dessas mercadorias. Vindouro a esse levantamento de dados, finalizaremos este estudo com análises teórico-práticas sobre as possíveis alternativas para amenizar essa dependência alimentícia, exemplificando que, com a criação de agroindústrias familiares, existe a possibilidade de retenção do desaceleramento da economia de Porto Xavier.

Para respondermos aos objetivos propostos neste trabalho, fez-se primeiramente uma pesquisa nos 42 estabelecimentos comerciais da área urbana

portoxavierense que comercializassem qualquer tipo de produto de origem animal e vegetal, com aplicação de questionários estruturados aos proprietários desses empreendimentos. Posteriormente, realizou-se um estudo bibliográfico com publicações de vários pesquisadores para visualizarmos os processos sociais até então decorrentes em nível regional e avaliar as possíveis estratégias de desenvolvimento que possam ser aplicadas nessa realidade e que amenizem essa dependência, sendo que essas atividades darão suporte para os agricultores familiares construírem as bases sólidas do desenvolvimento através da diversificação das economias locais. Efetivaram-se, também, pesquisas com agricultores e entrevistas com informantes qualificados, além de visitas com leitura da paisagem nas comunidades rurais.

Assim, primeiramente, neste artigo, fez-se uma retrospectiva das dificuldades do meio rural e da agricultura familiar missioneira, buscando entender como se deu o processo de modernização da agricultura. Em seguida, expõem-se os dados da pesquisa de campo que comprovam a conexão da revolução verde com a procedência dos produtos *in natura* e processados de origem exógena à região das Missões do Rio Grande do Sul, ou seja, quanto maior o nível de modernização, maior será a dependência. Na terceira parte, analisou-se como a implantação de agroindústrias familiares pode contribuir no auxílio da diminuição destes produtos agropecuários com origem externa, focando para a importância desses empreendimentos nas estratégias de desenvolvimento endógeno/territorial. Na seqüência, em formato único, apresenta-se a viabilidade econômica da implantação de uma agroindústria familiar de vassoura de palha, pois este é um produto que praticamente não é produzido em Porto Xavier, mas que tem condições de tornar-se uma ótima alternativa para os agricultores familiares deste e dos demais municípios missioneiros.

1. RECONSTITUIÇÃO AGRÍCOLA E AGRÁRIA DAS MISSÕES DO RIO GRANDE DO SUL

Desde 10.000 a.C. até a Revolução Industrial (século XVIII), a agricultura mundial sofreu poucas transformações e, quando ocorreram, eram quase insignificantes se comparadas com os tempos atuais. Além do processo ser demorado e lento, as atividades manuais e braçais eram predominantes.

Após o século XVIII, as mudanças na agricultura e na pecuária foram bruscas, favorecendo o aumento da produtividade por espaço cultivado. No entanto, as consequências começaram logo a ser percebidas, já que a monocultura extensiva alargou-se pelos mais variados espaços geográficos. Esse modelo implantou no Brasil, após sua “descoberta”, uma característica agrícola evidente: os sistemas produtivos incentivados visavam à produção, quase que exclusivamente, para exportação a fim de garantir superávits. Em meio a isto, as principais atividades fomentadas foram a cana-de-açúcar, o algodão e o café (DESER, 1997), sendo que

todas essas se sucederam muito bem enquanto podiam desfrutar da abundância de terras férteis e da mão-de-obra escrava.

No século XIX, chegam ao Brasil os imigrantes europeus não-ibéricos, trazendo consigo novas técnicas e grandes contingentes de pessoas. Esses agricultores familiares fomentaram a economia interna, mesmo quando produziam somente para o autoconsumo. Esse sistema foi alterado no decorrer da década de 1960, quando surgiu um novo modelo implantado em quase a totalidade da região Sul: a Revolução Verde ou modernização conservadora da agropecuária.

No entanto, a história agrícola das Missões começou muito antes da Revolução Verde, pois os Jesuítas que aqui viveram contribuíram, e muito, para o desenvolvimento regional. Estes, com a ajuda dos índios guaranis, inseriram o gado no sul do Brasil, além de desenvolverem técnicas avançadíssimas e aplicáveis na realidade local, como a irrigação de áreas com baixos índices pluviométricos. As variedades de cultivos e a disponibilidade de mão-de-obra fizeram dos Sete Povos das Missões um território desenvolvido e sustentável. No entanto, esse modelo despertou a ganância das coroas portuguesas e espanholas que iniciaram um processo de disseminação da população guaranítica, que foi destruída. Assim, após a expulsão dos índios e com a morte ou a saída forçada dos padres jesuítas, a região ficou pronta para ser confiscada pelos bandeirantes, já que esse foi o principal objetivo da invasão dos Sete Povos.

Após a “posse” dos portugueses neste território, a região, que comportava enormes rebanhos de gado, foi dividida em grandes espaços, onde o sesmeiro ficaria responsável por cuidar sua Sesmaria e defender esse território, já que a maioria destes latifundiários era militar da coroa portuguesa (TRENTIN, 2002).

No fim do século XIX e início do XX, chegaram na região os imigrantes italianos e alemães, entre outros, que adquiriram pequenas áreas de terras, fomentando uma economia mais diversificada. Mas esses colonos ocuparam as áreas onde predominavam as matas, já que estas não interessavam aos sesmeiros, pois não era possível a prática da pecuária extensiva - atividade mais rentável na região até a chegada dos imigrantes.

A diversidade de produções, em um mesmo espaço e em um mesmo tempo, sempre foi uma marca dos imigrantes europeus. Mesmo porque a policultura propriamente dita começou nas Missões com a chegada destes no final do século XIX (sem considerar os índios da matriz guarani, que já exerciam estas práticas com o auxílio dos jesuítas). Esses colonos eram provenientes das colônias velhas, região centro-leste do Rio Grande do Sul.

Nas Missões, a produção agropecuária, por volta de 1920, era constituída, principalmente, por fumo, erva-mate (nativa), milho, feijão, mandioca, batata e cana-de-açúcar, desta última era feita a cachaça que era exportada para a Argentina e o restante da produção comercializada em carroças. Criavam-se

também o gado, porcos, galinhas e mulas, estas para o transporte e tração agrícola.

Até a metade do século XX, os agricultores familiares produziam basicamente para o autoconsumo através de atividades policulturais, possuindo uma relação de interação com a natureza, onde os cultivos aconteciam em pequenas roças. O produto excedente era comercializado, em alguns casos, nas casas de comércio das comunidades locais ou nas trocas (escambo) com os vizinhos. A vida acontecia nas comunidades onde havia escolas, igrejas e estabelecimentos comerciais para comprar roupas, remédios, ferramentas e alguns utensílios.

As técnicas agrícolas utilizadas eram: o roçado, com instrumentos manuais, e tração animal, chamado também de agricultura tradicional. A preparação do solo, o cultivo e a colheita eram fruto da experiência e passados de uma geração para a outra, isto é, de forma empírica. Utilizavam como energia a água, o vento, o homem e os animais. Nessa fase, predominava a população rural, e a expectativa de vida nesse meio era alta. Na cidade ou nas vilas, a indústria não era desenvolvida, havia apenas ferrarias, sapatarias, marcenarias e carpintarias, entre outras.

Após a Segunda Guerra Mundial, a mudança nas relações agrícolas e automaticamente nas questões sociais, econômicas e ambientais proporcionou drásticas e rápidas mudanças nas técnicas de produção. Surgiram novos parâmetros e subdivisões que mudaram o estilo de vida do pequeno agricultor, com mudanças nos interesses voltados para a terra, a família e a propriedade.

As Missões, como a maioria dos municípios do Rio Grande do Sul e da América Latina, aderiram à modernização da agricultura com seu pacote tecnológico. Conseqüentemente, aconteceram mudanças nas técnicas de produção, como a adoção da monocultura extensiva, uso de insumos externos, quimificação, mecanização e tecnificação agrícola. Paralelamente, surgiram processos complexos e sofisticados de seleção biológica de plantas e animais de maior rendimento, se enquadrando conforme os fatores abióticos de cada região. Entretanto, modernizou-se a produção sem alterar as estruturas agrárias e, com isso, aumentou a pobreza, o desemprego, a degradação do meio ambiente e o êxodo rural na maior parte das regiões agrícolas (BRUM, 1988).

As propriedades mais antigas foram as primeiras a entrar em decadência, principalmente devido à repartição da terra por herança. Mas não demorou muito para a colonização mais recente também ser atingida. Os fatores que mais influenciaram na decadência da agricultura tradicional foram: esgotamento da fertilidade do solo pelo mau uso dos recursos naturais; divisão das propriedades rurais por herança (já que, no Brasil nunca houve uma reforma agrária eficaz); baixos preços agrícolas, falta de políticas públicas específicas e adoção de monoculturas

em pequenas áreas; endividamento com os bancos, e término do crédito subsidiado (BRUM, 1988).

A crise acentuou-se no início dos anos de 1980. Nessa época, a pobreza aumentou e ocorreu, por consequência, uma grande migração da população rural para novas fronteiras agrícolas, como o Sudoeste do Paraná, o Oeste de Santa Catarina e para a região Centro-Oeste, principalmente; as periferias urbanas também foram atingidas pela evacuação dos agricultores, tornando-se base de grandes contingentes de populações desempregadas e em estágio de vulnerabilidade social.

Desse modo, a modernização da agricultura trouxe para seus atores a internacionalização, ou seja, os produtores rurais dessa região estavam concorrendo, ao mesmo tempo, com agricultores mergulhados em tecnologias de ponta e com subsídios alargados e de fácil acesso. De fato, essa foi uma das estratégias do capitalismo junto às grandes indústrias (no caso as vendedoras de insumos) sob comando das corporações transnacionais.

Em suma, estes processos de modernização trouxeram graves problemas para a sustentabilidade da propriedade familiar, já que esse modelo estimulava a inserção da monocultura extensiva para a exportação sendo contrário à realidade desses atores. Com isso, na maioria dos lugares, a fertilidade do solo se esgotou; além dos agricultores endividarem-se com compras de equipamentos que ocupavam apenas sazonalmente (máquinas subutilizadas).

Em meio a isso, a sociedade local fora prejudicada, pois no momento em que os agricultores deixaram de produzir uma gama de produtos agropecuários e começaram a cultivar para fins mercantis basicamente três produtos - soja, milho e trigo - começou-se a adquirir os bens de consumo com procedência externa à região, uma vez que deixou de se produzir localmente, em quantidades suficientes, os gêneros alimentícios, por exemplo.

2. ANÁLISE DA AUTO-SUFICIÊNCIA DE PRODUTOS PROCESSADOS E *IN NATURA* NO MUNICÍPIO DE PORTO XAVIER/RS

Em meio à presença de produtos agrícolas oriundos de fora da região missioneira, que predominam nas prateleiras dos estabelecimentos comerciais, evidencia-se a necessidade de Porto Xavier e região buscarem a sustentabilidade sócio-econômica com o beneficiamento de seus produtos.

Para a efetivação de tal propósito e no sentido de disponibilizar informações aos agricultores familiares e a sociedade regional, foi realizado um estudo das potencialidades e carências deste território, seja em relação ao clima, às condições tecnológicas ou aos costumes e hábitos alimentares

característicos das pessoas que formam os mercados consumidores locais. Para tanto, é necessário identificar os produtos consumidos no município passíveis de produção, sua procedência e sua quantidade comercializada, consorciada com estudos de alternativas de produção e processamento para barrar parte desta transferência de recursos monetários da população de Porto Xavier para outras regiões, fomentar e incentivar o desenvolvimento da economia local.

Desta forma, em Porto Xavier foram visitados, em 2004/05, 42 estabelecimentos comerciais com pesquisa de 85 produtos de origem animal e vegetal com capacidade de serem produzidos neste território. Desses quarenta e dois, 5 eram supermercados, 3 fruteiras, 7 açougues, 3 padarias, 2 agropecuárias, 8 mercados, 2 ambulantes, 12 bares e mercearias. Também foram identificadas as quantidades vendidas por mês, a origem dos produtos, o valor e a legalização, entre outros.

Antes de qualquer resultado, vale ressaltar que, em Porto Xavier, 48% da sua população, em 2004, era rural e as propriedades ocupadas por agricultores familiares representavam 94,7% do total. Esses cultivam vários produtos, alguns para fins mercantis que são geralmente os produtos uniformes, como a soja, o milho, o trigo, o gado de corte e o leite, destacando-se, nos últimos anos, a produção de fumo. Assim, a diversidade dos produtos contidos no interior do domicílio agropecuário destina-se principalmente para o seu autoconsumo. Mesmo assim, 67% dos produtos agropecuários processados e *in natura* - comercializados nos estabelecimentos comerciais deste município provêm de outras partes do Estado ou país, sendo que somente 13% são oriundos da Região das Missões e apenas 20% são produzidos em Porto Xavier (Gráfico 1).

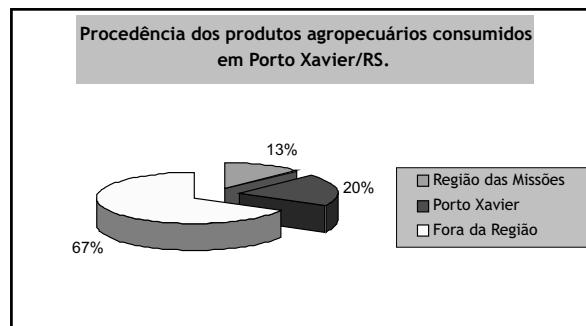


Gráfico 1: Procedência dos produtos agropecuários consumidos em Porto Xavier/RS
Fonte: Pesquisa de Campo (2005)

Depois disso, numa primeira análise, percebe-se que o modelo agrícola implantado no meio rural portoxavierense é também predominante na região. E mesmo com um mercado potencial em aberto, a comunidade regional não tem condições de supri-lo, o que revela que em toda as Missões, a maioria dos bens agropecuários consumidos tem origem exógena.

Esses dados se revelam mais preocupantes na medida em que se percebe que a aquisição de um produto externo ao território compromete o advento de uma mercadoria geralmente homogeneizada e sem características culturais, uniformizada, pois esse produto desconsidera certas centralidades e não é “construído” localmente. Esse processo realizado em complexos agroindustriais ignora os hábitos e costumes locais.

Para tanto, na agroindústria familiar, o processamento se dá por técnicas muitas vezes passadas por gerações, mostrando relevância para com a manutenção de hábitos e costumes locais, ainda mais quando o produto final é comercializado no próprio estabelecimento de processamento. Assim, conforme Mardens (1999), é importante frisar que os recursos até então menosprezados pelo modelo de modernização agrícola, como a cultura e o saber local, agora começam a serem vistos como cruciais para a emergência de um novo modelo de produção e de consumo alimentar.

Como os dados revelam uma dependência de consumo de produtos de fora do município, far-se-á, a partir de agora, um referencial teórico/prático que justifique o porquê da implantação de agroindústrias familiares como forma de fortalecer a auto-sustentabilidade territorial em um processo de desenvolvimento endógeno.

3. AGREGAÇÃO DE VALOR COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO PARA PEQUENOS MUNICÍPIOS RURAIS

No bojo das mudanças sociais ocorridas até então em um meio rural descapitalizado pelas monoculturas, a viabilidade de inserção de novos paradigmas faz-se relevante, tanto pela necessidade econômica quanto ambiental, cultural e social (ABRAMOVAY, 1998). Já que os agricultores que continuaram a produzir individualmente, ou seja, sem ligação com grandes indústrias ou cooperativas, também sofreram pela mudança dos padrões, diminuindo cada vez as possibilidades de participação no mercado, como afirmou Paulilo (1990).

De certa forma, as indústrias começaram a determinar as relações sociais no meio rural, pois o modelo favoreceu a submissão do agricultor às grandes agroindústrias e a sua perda de autonomia no processo produtivo. Isso fez, direta ou indiretamente, com que ocorresse um êxodo rural em que o modelo centralizado de indústria se instalou (BROSE, 1999).

Para os agricultores excluídos do “processo de integração”, a participação com produtos tradicionais nos mercados locais/regionais ficou cada vez mais difícil e complexa, já que se torna quase que inviável para agricultores isolados e pouco tecnificados atingirem os mercados, pois esses não passaram por nenhum tipo de capacitação ou assistência técnica e nem possuem crédito para buscar novas tecnologias mais alternativas (DESER, 1997; MOLINA FILHO; BURKE, 1979).

Em meio a essas evidentes dificuldades que afligem a agricultura familiar, busca-se um novo modelo de desenvolvimento até então adotado. Mudança essa que seja capaz de implementar a auto-suficiência de produtos processados e *in natura* nos mercados locais, que valorize as regiões e territórios e que possua, no seu interior, ações cooperativas/associativas. Em meio a essa e tantas outras necessidades, toma-se indispensável a agregação de valor nas propriedades rurais.

Contudo, a definição de um conceito para as agroindústrias familiares ainda é recente e, ao mesmo tempo, obscuro na literatura brasileira, visto que este leva tanto em consideração os aspectos qualitativos, bem como os quantitativos, dependendo da realidade socioeconômica e mercadológica na qual o empreendimento estiver inserido, o que torna arriscada a constituição de um conceito único e a viabilização de um modelo pré-definido.

Mesmo assim, pode-se dizer que a agroindústria familiar é de propriedade de pequenos agricultores e se caracteriza pela verticalização da produção. Isto é, são os agricultores familiares os próprios proprietários dos empreendimentos que produzem e industrializam a matéria-prima, em que a posse e a gestão da agroindústria pode ocorrer individualmente ou, em grande parte dos casos, em uma forma organizacional grupal de famílias, quer sejam ligadas por laços de parentesco ou de reciprocidade.

Sabido da importância e relevância da agricultura familiar no Brasil, conclui-se que ações cooperativas embutem-se perfeitamente na conjuntura desses atores sociais, pois auxiliam na inserção nos mercados e na criação de uma esfera mútua onde a organização faz vigorar a consistência de um “sucesso” através da criação do capital social. Fixado nesta estrutura Oliveira afirma que

por mais que as condições naturais de solo, relevo e clima sejam importantes na determinação do desempenho dos territórios, não são poucos os casos onde os limites físicos foram vencidos pela capacidade organizativa, ou seja, pela construção de uma rede de relações que possibilitou ampliar as possibilidades de valorização da produção (2003, p. 4).

Desta forma, a agroindústria familiar vem sendo tratada como uma importante ferramenta para o meio rural, primeiro porque contribui, e muito, para um desenvolvimento sustentável dos atores sociais. E segundo, por encaixar-se perfeitamente em inúmeras realidades, podendo contribuir para os diferentes territórios de forma multidimensional e diversificada, além de criar e reforçar várias identidades, não ficando dependente de apenas um setor agropecuário ou, até mesmo, de uma monocultura, como é o caso de muitas regiões. Contudo, segundo Wesz Junior e Trentin, a agroindústria familiar

não representa uma solução de todos os problemas e das necessidades dos atores. Mas ela deve ser trabalhada como parte de um conjunto de ações e de outras alternativas associadas, que construir o desenvolvimento rural sustentável, nos aspectos social, ambiental, cultural e econômico, tendo por base a agricultura familiar [...]. Deste modo, os efeitos multiplicadores da agregação de valor à produção, pela agroindustrialização ocorrem tanto a montante, na atividade agropecuária, como a jusante, na estrutura de comercialização de serviços, e refletem-se na efetiva interiorização do processo de desenvolvimento. Mais ainda, as características tecnológicas do processamento agroindustrial viabilizam, para algumas matérias-primas e produtos, a implantação de unidades de pequeno e médio porte, mais acessíveis a investidores com menor disponibilidade de capital. [...]. Outros benefícios sociais importantes dos empreendimentos agroindustriais familiares são gerados pela melhoria da qualidade dos produtos processados, pela redução de perdas no processo de comercialização e pelo papel disseminador que tendem a exercer na promoção de melhorias tecnológicas nas atividades agropecuárias (2004, p. 13).

A forma funcional com que as agroindústrias familiares atuam no meio rural evidencia-se quando comparadas com grandes agroindústrias (agroindústrias integradoras). Estas últimas possuem um processo de agregação de valor centralizado com uma ou poucas unidades por ramo, geralmente localizadas nos grandes e médios centros urbanos, possuindo em sua estrutura trabalho quase que totalmente assalariado, com a matéria-prima muitas vezes comprada de fora da(s) região(ões) onde está localizada, estimulando, dessa forma, a competição, especialização e seleção dos agricultores. E, na maior parte dos casos, ocorre uma grande inversão de capital por emprego gerado. Estes, por sua vez, produzem produtos homogêneos e na maioria das vezes de origem

desconhecida. Para inflamar ainda mais esta situação, ocorre uma poluição e contaminação dos recursos naturais, além de largar dejetos no meio ambiente. Reconhece-se que isso não ocorre em todas as grandes agroindústrias, mas é uma realidade que revela a necessidade de mudança, o que fortalece e incentiva os pequenos, porém categóricos, empreendimentos agroindustriais familiares.

Como se pôde observar, a agroindústria familiar

[...] vem sendo colocada como uma importante ferramenta propulsora de desenvolvimento sustentável. No momento em que se discute um novo papel para o meio rural, não mais apenas o de atividades exclusivamente agrícolas, mas de pluriatividades, o modelo de agroindustrialização descentralizado de pequeno porte, de característica familiar, é visto como uma das alternativas capazes de impulsionar a geração, direta e indireta, de novos postos de trabalho e de renda, especialmente para os agricultores familiares. Pode proporcionar, também, uma importante forma de (re)inclusão social e econômica destes agricultores, melhorando a sua qualidade de vida (PREZOTTO, 2000, p. 14).

Destaca-se ainda, que com a implantação de agroindústrias, os agricultores passam a atuar em duas importantes etapas da cadeia produtiva, os setores primário e secundário. E aqui começa a se caracterizar a idéia de mudança de papel da agricultura familiar, não mais apenas de produção de matéria-prima, mas, além disso, de industrialização da sua própria produção agropecuária, diminuindo grande parte dos produtos exógenos e da transferência de recursos monetários dos pequenos municípios rurais.

Assim, e como já expressado, percebe-se a agroindústria familiar como uma importante ferramenta para a geração de renda no meio rural, primeiro porque contribui, e muito, para um desenvolvimento sustentável dos atores sociais e, segundo, por encaixar-se perfeitamente em inúmeras realidades podendo, dessa maneira, contribuir para os territórios de forma multidimensional e diversificada, além de poder criar várias identidades, não ficando dependente de apenas um setor agropecuário ou, até mesmo, de uma monocultura, como é o caso de muitas regiões, inclusive a missioneira. Neste escopo, esses empreendimentos reduzem parte dos produtos externos à região missioneira, fortalecendo e incentivando os agricultores familiares locais.

4. A VIABILIDADE ECONÔMICA DA PRODUÇÃO DE VASSOURA DE PALHA

Como anteriormente comprovado, a maioria dos produtos consumidos em Porto Xavier e região tem

viabilidade de produção, porém é proveniente de outros territórios. Assim, são evidentes as vantagens que as agroindústrias familiares provocam no processo de desenvolvimento. Dessa forma, a organização de agroindústrias familiares de **vassoura de palha** é um exemplo que vamos discutir. Conforme pesquisa de campo, são vendidas, nos estabelecimentos urbanos de Porto Xavier, 623 unidades por mês, sendo que, destas, 15 são produzidas em Porto Xavier, 152 na região e 456 provêm de outras regiões (gráfico 2).

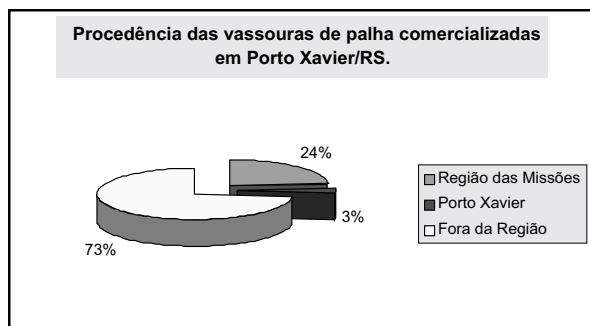


Gráfico 2: Procedência das vassouras de palha comercializadas em Porto Xavier/RS
Fonte: Pesquisa de Campo (2005)

Essas vassouras são comercializadas na sede municipal a um preço médio de R\$ 4,82 a unidade (janeiro de 2005), gerando R\$ 3.001,60 por mês e R\$ 36.019,40 / ano. Deste total, R\$ 26.364,10 são transferidos para outras regiões do Estado, R\$ 8.778,00 ficam na Região Missioneira e apenas R\$ 867,20 circulam no município. Em outras palavras: 73% do capital produzido pela comercialização da vassoura de palha são transferidos da região; 24% circulam na região; e apenas 3% permanecem em Porto Xavier.

Nos últimos anos, há uma grande tendência ao cooperativismo solidário no mundo, principalmente entre a população mais carente, sendo que isso facilitaria formas de diminuir custos e agregar mais renda às famílias. Outro fator importante é que algumas novas políticas públicas, mesmo que ainda burocráticas, oferecem crédito subsidiado para formação de agroindústrias familiares por associações de agricultores.

Nesse sentido, poderiam ser criadas 3 agroindústrias familiares de vassoura, em que cada uma dessas forneceria 203 unidades mensais, com matéria-prima local e produção anual (2.436 por agroindústria) só para garantir a demanda municipal. Dados da pesquisa revelam que o custo por unidade é de R\$ 2,50 (segundo cálculos retirados de uma pequena agroindústria). Assim, ter-se-ia um lucro líquido de aproximadamente R\$ 2,32 por unidade, com um lucro

mensal por agroindústria de R\$ 480,24, sendo que apenas uma pessoa poderia fazer esse serviço e contribuir para renda familiar com um montante líquido de aproximadamente R\$ 5.762,88/ano. Isso se considerarmos apenas o mercado portoxavierense, uma vez que há possibilidades de expansão deste produto para outras localidades e regiões. Vale aqui ressaltar também que os investimentos iniciais serão muito baixos, em torno de R\$ 173,00, pois só haverá necessidade de desembolsar mais capital quando aumentar a demanda pelos produtos produzidos nos empreendimentos.

Pelo ponto de vista ambiental, a vassoura de palha (*sorghun bicolor*) tem várias vantagens sobre a de plástico, pois a primeira é totalmente ecológica e pode ser usada como fonte de energia renovável. Se, no caso, estas agroindústrias familiares forem concebidas e administradas de forma cooperativa e solidária, agregam-se outras vantagens, tais como: reciclagem do cabo, produção da matéria-prima pelos próprios membros da agroindústria e pelos agricultores familiares próximos, ocupação de pequenas áreas, podendo deter as outras frações da propriedade para produções diversificadas, ocupando diferentes nichos de mercado e, principalmente, adquirindo os insumos para a agroindústria no comércio local. Desta forma, as inter-relações contribuem para o desenvolvimento descentralizado, sustentável e endógeno.

A situação da maioria dos produtos analisados é similar ao exemplo dado acima, pois compram-se produtos agroindustrializados de outras regiões, quando, em muitos casos, têm-se as condições favoráveis de produzi-los, com necessidades de geração de emprego e renda para o município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após reflexão sobre o modelo agropecuário implantado em Porto Xavier e região, junto com suas consequências para a economia, a sociedade e o meio ambiente, vê-se a necessidade de mudanças substanciais no paradigma de desenvolvimento até então adotado. Como se percebeu, o município e a população possuem condições para o desenvolvimento de ações que visem a combater os índices sócio-econômicos negativos. No entanto, é de fundamental importância a implantação de agroindústrias rurais que viabilizem e fomentem ações de geração de emprego e renda nas diferentes comunidades municipais.

Também, foram fatores importantes na análise deste trabalho a produção agrícola regional e a tradição do associativismo, que poderão ser bases para o desenvolvimento de agroindústrias que agreguem valor aos produtos da região e que podem se beneficiar com a proximidade do MERCOSUL e com o fluxo constante de turistas.

Mesmo que este estudo tenha se detido em uma realidade restrita, fundamentou-se o vigor das

agroindústrias familiares em espaços menos desenvolvidos e uniformizados pelas atividades agrícolas. Assim, neste trabalho, comprovou-se a importância de Porto Xavier e Região incentivarem a agroindústria familiar como minimizadora da pobreza, do desemprego, do êxodo rural e da exclusão da mulher e do jovem das atividades comunitárias. Pois a agroindustrialização familiar, além de gerar renda, promove a melhoria da qualidade de vida, auto-sustentabilidade territorial, a recuperação e preservação dos hábitos culturais e do meio ambiente, em que os investimentos iniciais são baixos e os produtos finais podem ser remetidos para o comércio local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2.ed. - Campinas: Unicamp, 1998.

BROSE, Markus. **Agricultura Familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura Trigo e Soja**. Ijuí, RS: VOZES e FIDENE, 1988. p. 200.

DESER. Depto Sindical de Estudos Rurais. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local**, Curitiba. 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: UNICAMP.IE, 1998, 2. ed. rev.

MARDENS, T. Rural futures: the consupcion countryside and its regulation. **Sociologia Ruralis**, v. 39, n° 04, 1999.

MOLINA FILHO, J.; BURKE, T. J. **Fundamentos Teóricos e Instrumentos para a Assistência à Agricultura**. Piracicaba: ESALQ, 1979.

OLIVEIRA, Humberto. Criando as condições para a valorização dos territórios. In: **MDA - Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Série texto para discussão 4. 2003

PAULILO, M. I. S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. Florianópolis: UFSC, 1990.

PREZOTTO, L. L. A agroindústria rural de pequeno porte e o desenvolvimento local/regional. In: Conferência Internacional de Desenvolvimento Sustentável e Agroindústria, 2000. **Anais...** Lajeado/RS, 2000.

TEDESCO, João Carlos. **Agricultura Familiar: Realidade e Perspectivas**. 3.ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

TRENTIN, Iran Carlos Lovis. **Avaliação e Acompanhamento da Gestão de 20 Agroindústrias Familiares da Região das Missões/RS**. São Luiz Gonzaga, 2002.

WESZ JUNIOR, Valdemar João; TRENTIN, Iran Carlos Lovis. Desenvolvimento e Agroindústria Familiar. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, XLII, Cuiabá/MT, 2004. **Anais...** Brasília: SOBER, 2004.

_____. Desenvolvimento territorial com agroindústrias familiares. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLIII, Ribeirão Preto/SP, 2005. **Anais...** Brasília: SOBER, 2005.